

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.693 - ES (2019/0265232-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : DANIEL SILVA SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. SÚMULA N.º 182/STJ. AGRAVANTE QUE IMPUGNOU OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. DECISÃO RECONSIDERADA.

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33, § 4.º, DA LEI N.º 11.343/2006. DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS. QUANTIDADE E NATUREZA DAS DROGAS. 4,76KG DE *MACONHA* E 5G DE *CRACK*. PRECEDENTES. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 7/STJ. AGRADO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por DANIEL SILVA SANTOS contra decisão da Presidência desta Corte Superior que não conheceu de agravo em recurso especial devido à ausência de impugnação dos fundamentos da decisão agravada (fls. 429-430).

Nas razões do agravo regimental, o Agravante sustenta que "*da leitura do agravo, especificamente das fls. 407/413, constata-se o necessário e robusto enfrentamento do conteúdo do despacho denegatório*" (fl. 435).

Pleiteia, ao final, o provimento do agravo regimental para que seja conhecido o agravo em recurso especial e processado o apelo nobre.

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral Carlos Frederico Santos, opinou pelo não conhecimento do agravo regimental (fls. 448-452).

É o relatório. Decido.

De início, observo que, nas razões do agravo em recurso especial (fls. 406-413), o Agravante impugnou direta e especificamente os fundamentos da decisão

agravada – Súmulas n.ºs 7 e 83/STJ. **Por essa razão, reconsidero a decisão de fls. 429-430 para conhecer do agravo e passar à análise do recurso especial.**

Na petição do recurso especial (fls. 381-388), o Recorrente sustenta violação do art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006, sob o argumento de que a referida causa de diminuição de pena deve ser aplicada no caso em apreço, pois estão presentes todos os requisitos legais.

Todavia, em que pese o inconformismo do Recorrente, o Tribunal de origem, ao afastar a incidência da minorante pleiteada, concluiu que o Acusado se dedicava habitualmente a atividades criminosas, tendo em vista a expressiva quantidade de drogas encontradas em seu poder. Confira-se, por oportuno, o seguinte excerto do aresto estadual (fl. 376; sem grifos no original):

"No que tange a dosimetria, a combativa defesa busca o reconhecimento da causa de diminuição prevista no §42 do artigo 33 da Lei n.º 11.343/06, o que também não vejo com razão.

*Não obstante o apelante seja tecnicamente primário e sem antecedentes, a quantidade e a variedade de drogas apreendidas com o réu (**4.760,0g de 'maconha'** e cerca de **5,0g de 'crack'**) são fatores suficientes a demonstrar a dedicação do acusado a atividades criminosas.*

O não preenchimento de tal requisito legal, obsta, assim, a aplicação da causa especial de diminuição da pena prevista no §42 do artigo 33 da Lei 11.343/06."

De fato, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, *"a quantidade e/ou a natureza da droga podem justificar a não aplicação da minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006, quando evidenciarem a dedicação à atividade criminosa"* (HC 338.548/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 06/06/2016).

No mesmo sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. MINORANTE DO TRÁFICO. INADMISSIBILIDADE. PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. QUANTIDADE RELEVANTE DE DROGAS. DEDICAÇÃO À ATIVIDADE CRIMINOSA. REVERSÃO DO JULGADO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a quantidade e/ou a natureza da droga podem justificar a não aplicação da

minorante, prevista no art. 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006, quando evidenciada, como na hipótese, a dedicação à atividade criminosa.

2. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1.788.536/PA, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 03/09/2019; sem grifos no original.)

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO INTERESTADUAL DE DROGAS. PENA-BASE. ELEVADA QUANTIDADE DE DROGAS. MINORANTE PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. INTEGRAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. BIS IN IDEM. INTERESTADUALIDADE DO DELITO. QUANTUM DE AUMENTO DE PENA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. Nos termos do art. 42 da Lei n. 11.343/2006, mostra-se devido o aumento da reprimenda na primeira fase da dosimetria, com base na elevada quantidade de drogas apreendidas.

2. Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto esta Corte Superior de Justiça firmaram o entendimento de que a apreensão de grande quantidade de drogas, a depender das peculiaridades do caso concreto, é hábil a denotar a dedicação do acusado a atividades criminosas ou mesmo a sua integração em organização criminosa e, conseqüentemente, a impedir a aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, porque indica maior envolvimento do agente com o mundo das drogas.

[...]" (HC 373.523/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 21/08/2018; sem grifos no original.)

Ademais, uma vez constatada, pelas instâncias ordinárias, a dedicação habitual do Recorrente a atividades criminosas com amparo em elementos concretos, a revisão desta premissa fática exigiria, necessariamente, amplo reexame do conjunto fático-probatório, o que não é possível no recurso especial, nos termos da Súmula n.º 7/STJ.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. MINORANTE DO TRÁFICO DE DROGAS. REVISÃO DO JULGADO. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. TRÁFICO DE DROGAS E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. CONCURSO MATERIAL. ALTERAÇÃO DA ADEQUAÇÃO TÍPICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Tendo a Corte de origem negado a aplicação da minorante do § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06 por concluir que o réu integrava organização criminosa, diante da relevante quantidade de droga

apreendida e das circunstâncias fáticas, a pretendida revisão do julgamento implicaria reavaliação do conjunto fático-probatório, inadmissível a teor da Súmula 7/STJ.

2. Considerando que as instâncias ordinárias reconheceram a autonomia do crime de tráfico de drogas e dos delitos de porte e posse de arma de fogo de uso proibido, a reversão do julgado demandaria o reexame probatório, incabível a teor da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 1.262.654/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 20/05/2019; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DA PENA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7 DO STJ. REGIME PRISIONAL MAIS GRAVOSO. QUANTIDADE DO ENTORPECENTE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Esta Corte Superior tem decidido que a quantidade, a variedade e a nocividade da droga, bem como as circunstâncias nas quais foi apreendida, são elementos que evidenciam a dedicação do réu à atividade criminosa e, em decorrência, podem embasar o não reconhecimento da minorante do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006. Precedentes.

2. Hipótese em que não foi reconhecida a figura do tráfico privilegiado, dentre outras razões, ante a **importante quantidade do entorpecente apreendido, (1.260g de maconha, 48g de cocaína, 410g de crack), o que denota que os recorrentes se dedicam à atividade criminosa. Modificar tal conclusão requer o revolvimento fático-probatório, inviável na via do recurso especial. Incidência da Súmula n. 7/STJ.**

3. Admite-se a fixação de regime mais gravoso para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade imposta em razão da quantidade e natureza do entorpecente apreendido (ut, AgRg no HC 405.710/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 4/5/2018)

4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1.798.295/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 02/09/2019; sem grifos no original.)

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de fls. 429-430, a fim de CONHECER do agravo em recurso especial para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora